

# “NÃO HÁ SAÍDA PARA DEMOCRACIA BRASILEIRA SEM A ENERGIA DAS MULHERES NEGRAS”: REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL DESDE A CATEGORIA MULHER NEGRA

Marianne da Silva ROCHA<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo explorar, através de análise de conteúdo, como a categoria Mulher Negra é produzida pelas intelectuais ativistas Lélia Gonzáles e Sueli Carneiro, localizando-as dentro do campo do Pensamento Político Brasileiro, desde os estudos em ciências sociais sobre os movimentos sociais negros. Seus principais temas são identidade nacional, sociedade civil e memória coletiva. Concluímos que a identidade mulher negra tem orientado a complexificação do debate sobre a natureza da sociedade brasileira e as contribuições dessas diversas identidades para democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher negra; Pensamento político brasileiro; Identidade nacional.

“THERE IS NO EXIT FOR BRAZILIAN DEMOCRACY WITHOUT THE ENERGY OF BLACK WOMEN”: REFLECTIONS ON POLITICAL AND SOCIAL THINKING FROM THE BLACK WOMEN CATEGORY

**ABSTRACT:** *This paper aims to explore, through content analysis, how the category Black Woman is produced by the activist intellectuals Lélia Gonzáles and Sueli Carneiro, locating them within the field of Brazilian Political Thought, based on the studies in social sciences on the movements black social. Their main themes are national identity, civil society and*

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Doutoranda em Ciência Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9663-0258>. [marianne.rocha@yahoo.com.br](mailto:marianne.rocha@yahoo.com.br).

*“Não há saída para democracia brasileira sem a energia das mulheres negras”:  
reflexões sobre o pensamento político e social desde a categoria mulher negra*

*collective memory. We conclude that the identity of Black Woman has contributed to the complexification of the debate about the nature of Brazilian society and the contributions of the diverse identities to democracy.*

**KEYWORDS:** *Black woman; Brazilian political thought; National identity.*

## Introdução

A relação entre mulher negra e poder é um tema praticamente inexistente. (CARNEIRO, 2009, p. 50).

Existe pouca tradição no Brasil de estudos sobre a atuação de mulheres negras tanto no que diz respeito à política institucional quanto à sua inserção em movimentos sociais. Entre os raros trabalhos de análise existentes, Caldwell (2007) e Rodrigues e Prado (2010) demonstraram como o ativismo de mulheres negras tem se movido de forma a expandir e redefinir as normas da democracia representativa em busca da legitimidade da categoria mulher negra enquanto ator/triz social. Esses autores analisaram o ativismo dessas mulheres negras desde meados dos anos 70 do século passado até a contemporaneidade identificando um grande centro gravitacional em seu discurso. Acredita-se que as questões envolvidas nesse processo podem ser debatidas à luz das teorias de identidade coletiva e estrutura de oportunidades políticas.

Por intermédio de diversas organizações, esses atores/atrizes sociais pautam e elaboram diversas soluções para questões locais e estruturais da sociedade no âmbito das opressões de gênero, raça e classe. Nesse sentido, essas mulheres têm se movido, segundo os autores, a partir de uma tenaz consciência em nível sociológico da ação social dos indivíduos que as posicionam em diferentes setores da sociedade, atuando nos sindicatos, nos movimentos sociais e partidos políticos.

O pensamento de intelectuais e ativistas, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, articulam os discursos dominantes sobre identidade racial e cidadania, pontuando e criticando os efeitos das mazelas do racismo que permaneceram quase intocáveis durante muitos anos no âmbito de estudos sociais no Brasil.

Esta área de conhecimento passou para outro patamar de debate em boa parte graças a atuação destas pensadoras, e outras, e de um novo conjunto institucionalizado de ciências sociais que utilizavam dados estatísticos para demonstrar suas teses. Segundo as intelectuais que analisarei, quando essas mulheres

negras se colocam na arena política enquanto tais elas estão automaticamente realocalizando outras identidades políticas, tensionando-as de forma a desestabilizar estruturas de dominação que se perpetuam em diversos aparelhos estatais (e não só). Porém, até que ponto essa afirmação é verdadeira? No mundo contemporâneo, não é uma grande novidade afirmar que a política institucional é dominada pela figura de homens brancos, por isso pergunta-se quais os sentidos da mobilização da identidade que aparece no trabalho das autoras selecionadas e se se apresentam como uma real ruptura epistemológica. Demonstra-se, assim, como o “enigma” Brasil tem mudado de figura nos últimos anos?

Dito isto, neste artigo iremos apresentar o pensamento político e social na produção intelectual de mulheres negras localizadas no campo do feminismo negro. Esse “elas por elas” visa localizar e analisar brevemente a produção da identidade “mulher negra”.

## Método e definições do campo

Nesta seção abordarei a metodologia aplicada e uma breve definição das áreas de pensamento político brasileiro e pensamento social.

Minha abordagem parte da análise de conteúdo conforme a posição de Bardin (1977). Focado na compreensão dos textos em suas características semânticas, há três etapas para organização e alcance de um resultado adequado: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Como dito acima, escolhi duas autoras que se conheceram em vida, produziram e trabalharam no mesmo campo político (desde a abordagem do feminismo negro), estão localizadas como intelectuais dentro daquilo que chamamos de movimentos sociais negros e possuem elevada qualificação acadêmica (ambas com título de doutorado).

Assim, a fase exploratória respondeu a algumas das principais partes constitutivas da análise (exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência). As maiores dificuldades foram encontradas nos fatos de: (1) grande parte da produção de Lélia não estar integralmente disponível *online*, (2) uma parte significativa do trabalho de Sueli Carneiro a respeito do tema não ter sido publicada no âmbito acadêmico, pois sua ação é pouquíssimo pautada no trabalho escrito e (3) a temporalidade. Lélia Gonzalez faleceu em 1994 aos 59 anos (apenas seis anos após o processo de democratização) e sua principal produção situa-se entre os anos 70 e 80. Já Sueli Carneiro, ainda viva, fundadora do Instituto Geledés (1988), atuando mais marcadamente a partir dos anos 90. Como estamos falando de intelectuais e atrizes políticas que produziram obras

direcionadas à ação política ou à reflexão dela, o fato de estarem em tempos diferentes pode apontar para sentidos de fala distintos.

Essa diferença de tempos não é pouca coisa. Gonzalez produziu mormente dentro do contexto da ditadura civil-militar brasileira. Ela experienciou a censura e o nascimento das ciências sociais brasileiras, portanto um período extremamente crítico para a sociedade como um todo e para o mundo acadêmico em especial, enquanto Carneiro já foi mais fortemente atravessada pelos ventos do florescimento da democracia, um momento especialmente promissor, que possibilitou o desabrochar de campanhas de sucesso como o SOS Racismo (de sua autoria), a criação da Fundação Palmares, A Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida (1995) marcando uma nova fase do protesto negro, etc.

Resolvemos essas questões optando por selecionar as obras mais famosas das autoras tanto as em formato de artigo, quanto as que resultariam de apresentações orais em espaços institucionais. É sabido que com isso perde-se uma parte significativa da ação política de ambas as autoras, em especial a de Carneiro, porém a limitação em termos de produção escrita torna este trabalho especialmente interessante por ser uma tentativa de inseri-las nos campos de pensamento político e social brasileiros. Neste sentido, suas biografias são o que menos aparecerão neste trabalho, dar-se-á mais ênfase à maneira como suas identidades são mobilizadas em termos teóricos, enquanto os contextos mais amplos também ficarão em segundo plano.

Nossa unidade de registro principal é mulher negra e fizemos igualmente buscas pelas palavras-chave raça e gênero e nossa inferência foi guiada pela definição de pensamento político brasileiro (PPB), que veremos a seguir.

Segundo Lynch, o conceito PPB designa não apenas uma disciplina, mas também um objeto que possui dois sentidos, um amplo e outro restrito. No seu sentido amplo “refere ao conjunto de escritos de natureza ideológica representativos da cultura política brasileira, marcados por um estilo periférico de reflexão” (LYNCH, 2016, p.80). Do ponto de vista restrito, refere-se a um conjunto mais limitado de obras cuja sua característica principal é sua sistematicidade em que o objetivo de descrição da realidade política brasileira é analítico. Citando Stoppino (1998, p. 585 *apud* LYNCH, 2016), ideologia é definida como “conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo por função orientar os comportamentos políticos coletivos”.

Ainda conforme Lynch (2016), a divisão entre pensamento político e social tem sua origem em conflitos por hegemonia no processo de institucionalização da ciência política no Brasil. Segundo o autor, *a priori* os mesmos fundadores desta última disciplina também realizaram esforços para definir e

conformar o PPB e junto com profissionais de outras áreas das ciências sociais (a saber, sociologia e antropologia) formaram um único grupo de trabalho no interior da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduados em Ciências Sociais) chamado “Pensamento Social no Brasil”. *A posteriori*, a partícula “social” passou a refletir um conjunto de discordâncias entre os chamados grupos de empiristas (mais restritos aos estudos das instituições) e teóricos (mais holísticos, levando em consideração os campos do social e da economia).

Renato Lessa (2011) vê uma demarcação bastante óbvia entre o antes e o depois do PPB a partir da institucionalização da ciência política em que, no limite, não se trata mais de buscar nos “intérpretes do Brasil” explicações sobre o cenário político e social do país, mas o avesso: explicar os intérpretes e seu raciocínio.

Segundo a ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política), o PPB é uma área temática de natureza interdisciplinar, devendo ser compreendida como a história intelectual da ciência política no país em articulação com a teoria política e o pensamento social. Portanto, na esteira de Lynch, Lessa e da própria ABCP essas intelectuais feministas podem ser abordadas a partir da compreensão de sua ação enquanto ativismo institucional e que, ao mesmo tempo, pensaram o Brasil em termos sociais, ou seja, são suas intérpretes e podem ser inseridas no campo do PPB em seu sentido amplo.

O ativismo institucional é uma das principais estratégias de movimentos sociais de mulheres negras, especialmente dessas intelectuais ativistas. Santoro e McGuire (1997) buscaram definir o conceito de ativismo institucional como um desafio à visão tradicional de que ativistas sociais automaticamente são atores não institucionais. Assim os ativistas institucionais podem ser definidos como

[...] participantes de movimentos sociais que ocupam status formais dentro do governo e que buscam objetivos de movimento por meio de canais burocráticos convencionais. Os ativistas institucionais são membros do sistema político na medida em que têm acesso rotineiro e de baixo custo aos tomadores de decisão. (SANTORO; MCGUIRE, 1997, p. 504, tradução nossa).

Com efeito, essa definição não abrirá caminho para um estudo mais aprofundado sobre movimentos sociais, ações coletivas ou relações Estado-sociedade civil neste trabalho, porém partiremos dela para análise de conteúdo de obras selecionadas de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez a fim de localizá-las dentro dos estudos de PPB e pensamento social.

Nesse sentido, é importante frisar que o ativismo e a produção intelectual dessas e outras mulheres têm vários pontos em comum com o que se chama de pensamento político brasileiro (PPB) mesmo que essas intelectuais não sejam tradicionalmente incluídas neste rol de autores, suas obras compartilham características inerentes à área e uma delas é que pretendem (e pretenderam) influenciar o processo político.

## **O que elas dizem?**

Nesta seção apresentaremos, em linhas gerais, a estrutura do pensamento de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro à luz de três eixos temáticos: identidade nacional, sociedade civil e memória coletiva. A partir disso, a intenção é demonstrar como a categoria mulher negra é produzida teoricamente na obra das autoras.

Sueli Carneiro, filósofa com doutorado em educação, diferentemente de Lélia Gonzáles, não é uma acadêmica propriamente dita. Apesar do título e seus trabalhos reflexivos, a sua ação profissional está ligada à militância política no Instituto Geledés, fora do campo universitário, mesmo que estabeleça uma fina conexão com ele. O debate proposto pelas duas autoras gira em torno de categorias essenciais para o pensamento de/sobre qualquer nação: cidadania e democracia.

No Brasil, o debate sobre democracia desenrolou-se concomitantemente à questão racial. Como um país latino-americano, a questão da “multiplicidade das raças” se colocava como algo a ser resolvido, pois a dúvida permanente, especialmente nos teóricos conservadores brasileiros, era sobre a existência de um povo ou, em outros termos, de um público. Na primeira república, como nos elucidava Lynch (2013), personagens como Louis Couty, Manuel Bonfim, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima não duvidavam da existência de um Estado conformado nesse território, mas a falta de unidade racial e, portanto, de nacionalidade era o empecilho para formação de um povo. Pela voz de Alberto Torres (1982, p. 199 *apud* LYNCH, 2013, p.741) “Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores.”

A seguir pelos anos 30 do século XX, há uma mudança de paradigma onde a “não cultura brasileira” passa a ser vista como meia cultura através daquilo que Lynch (2013) chamou de inserção subalterna. Isto é, esse país e seus intelectuais passaram de margem da civilização para sua parte integrante, garantindo a universalização do projeto ocidental, porém era qualitativamente inferior justamente

porque sua medida de valor estava associada à nação que o havia produzido, isto é, seu povo ou “não-povo”.

Guerreiro Ramos foi um dos sociólogos que rejeitou o processo eurocêntrico pelo qual a nação brasileira era racionalizada e explicada. Segundo ele, o pensamento brasileiro poderia ser caracterizado como alienado e girava ao redor de um tipo de imperialismo cultural “assegurado pelo próprio fascínio que exercem sobre os colonizados as instituições dos povos conquistadores” (RAMOS, 1953, p. 11). Assim, conforme explica Lynch (2013), Guerreiro propunha uma nova forma de superação da condição colonial ou semicolonial, abandonando essa mentalidade alienada por parte dos intelectuais.

Na direção desse entendimento, as obras de Carneiro e González se inscrevem em uma tentativa de reinterpretação do Brasil, pautando o racismo como principal obstáculo para o sucesso do país, em termos de cidadania, e de desenvolvimento, em termos sociais. Existem pelo menos três temas-características principais que colocam as obras de ambas no entendimento proposto: (1) identidade nacional, (2) sociedade civil e (3) memória coletiva. Os dois primeiros estruturam-se ao redor de um manejo teórico onde a categoria “negro” passa de minoria para maioria no que diz respeito ao quantitativo da população total e passa a ser uma característica quase inegociável de ação política dotada de subjetividade; os dois últimos denunciam os obstáculos que a sociedade brasileira enfrenta para aparição de uma democracia e desenvolvimento plenos.

A desmistificação da democracia racial brasileira é o grande guarda-chuva que cobre esses três pontos supracitados. Este é lido como grande problema nacional. A superação dessa formulação de país originada nos anos 20 do século passado é a condição *sine qua non* para a democracia brasileira. As autoras entendem que essa “desracialização” da população produziu alguns efeitos gerais, sendo eles a invisibilização da pauta pública/ política negra, o embranquecimento do brasileiro padrão ou padronizado, e não contribuiu para o desmantelamento do racismo, mas o contrário, funcionou como forte barreira para pessoas racializadas pautarem publicamente o racismo estrutural e conseqüentemente avançarem contra os entraves da discriminação que não afeta apenas a vida dos indivíduos, mas prejudica para baixo todos os índices de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, as autoras continuam a utilizar a miscigenação enquanto um dado da realidade, porém a partir de um outro viés. O mestiço, demais brando do que negro, passa a ser visto como mais negro. O pardo ou mulato passa a ser incorporado ao quantitativo afro-brasileiro. González demonstra esse entendimento desde sua fase voltada para a análise do mundo do trabalho. Em *A juventude negra brasileira e o desemprego* (GONZALEZ, 2020a) e em

*Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exclusão da mulher* (GONZALEZ, 2020b), a autora argumenta que a dificuldade de enxergar a real natureza racial da população é um dos grandes obstáculos epistemológicos da sociologia. Ela, inclusive, classifica a classificar tendências na sociologia brasileiras sendo elas a dos modernizadores, os marxistas ortodoxos e a dos “colonizados ideológicos” em que entram os mestiços e negros que engrossaram as fileiras do argumento de dominação racial pelo grupo branco. Todos esses diluem a questão racial em outras categorias como classe sem se atentarem suficientemente ao analisar “o verdadeiro brasileiro”. Levando em consideração as variáveis de cobertura de gênero, etária e educacional, Gonzáles debate o que qualifica como os principais desafios do país frente à precarização da mão de obra geral e as dificuldades concretas de análise social pela não inclusão da categoria raça em muitos instrumentos de medição da sociedade. Nessas obras o Brasil verdadeiro seria negro.

Ao qualificar o país nesses termos, conceitos como agente civilizatório (CARNEIRO, 2002a, 2011) e amefricanidade (GONZÁLEZ, 1988) surgem em função de uma remodelação da identidade nacional a partir do deslocamento do sujeito (da subjetividade coletiva). O evidente eurocentrismo no PPB articulado ao discurso da democracia racial seleciona um tipo de pessoa como imagem da nação, o homem branco mestiço cujos olhos estão voltados para a Europa. Agora, ao criticar e apontar as falhas nesse projeto civilizacional ocidental, o sujeito negro aparece como um agente realizador. Assim, por mais que o sujeito branco não se coloque publicamente enquanto tal, a existência e afirmação do sujeito negro serviria à denúncia de uma universalidade abstrata, mestiça, segundo o projeto nacional, mas que encobriria uma série de privilégios da população branca.

Em *Movimento negro: velhos e novos desafios*, Carneiro aponta que o movimento negro como ator intelectual produtivo e afirma: “com a nossa prática política e nossa experiência histórica de opressão, redefinimos as noções de democracia, cidadania e direitos humanos. Isto faz de nós agentes civilizatórios desta sociedade” (CARNEIRO, 2002a, p. 5).

Seguindo esta linha, com a politização de desigualdades sociais, a modelação deste novo sujeito nacional automaticamente ganha estatuto político, em especial o de mulher negra e é onde a percepção de sociedade civil, ou militância política, é vista mais facilmente pelas autoras.

A expressão enegrecendo o feminismo, de Carneiro (2003), tem por objetivo evidenciar a intersecção de raça e gênero demonstrando como a formulação clássica feminista não apenas revela uma identidade branca, como também se

demonstra insuficiente em termos de análise social e de proposição política. Portanto, a crítica ao feminismo desenvolvido no Brasil através do feminismo negro não tinha por objetivo apenas alçar “o feminismo delas” como o positivo, mas produzir uma verdadeira disputa sobre o significado de feminismo brasileiro e seus agentes. A conexão com essa brasilidade é feita a partir da elaboração de uma lógica de continuidade entre diversas formas de desafio à dominação neste território e assim uma conexão entre memória coletiva e sociedade civil é estabelecida. Carneiro define que em um primeiro momento as mulheres negras empenhavam-se na busca pela liberdade e pela recuperação do *status* de humano perdido pela escravidão e posteriormente, através de organizações e articulações nacionais, tem se tornado possível “recobrir perdas históricas”, recuperando essa nova-velha imagem nacional. Velha, pois a luta de mulheres negras estaria, segundo ela, enraizada na escravidão, porém nova, pois seu devido reconhecimento é dado a partir deste momento. Isto significa dizer que há um agente degenerado pela prática histórica que recupera a si mesmo mudando o olhar sobre si de derrotado para um agente da resistência. Isto é possível através dessa conexão contínua no tempo e uma essencialização da categoria negro. O negro passa a existir há 500 anos e se ele ainda vive não é sinônimo de fraqueza, mas de força por ter resistido a multi-formas da existência do racismo.

O conceito de Améfrica é especialmente interessante para o entendimento de como aparece a ideia de memória coletiva nas autoras, dando um salto do racialismo para o culturalismo, sempre com objetivo de localizar um sujeito no tempo-espaço secular e subordiná-lo ao presente. As principais instituições consideradas pelas autoras como marcadores de uma história comum são os quilombos e as religiões de matriz africana, notadamente o candomblé.

Visando estender esse novo-velho para tudo aquilo que chamamos de América Latina (e além), Gonzáles (1988) identifica elementos culturais que resguardam semelhanças, segundo ela, dadas suas origens africanas espalhadas por todo este território condicionadas pela produção social da escravidão. Seu objetivo é a busca por uma unidade que fora neutralizada pela ação do racismo. Essa unidade, que estaria na herança africana compartilhada, tem sua origem enquanto ideia operativa nas obras de autores como Molefi Kete Asante (2009) e Cheikh Anta Diop (2014), nominalmente citados no artigo, entre outros.

Na obra do autor senegalês, os princípios de unidade africana são mormente aferidos pela linguística comparada. Nesse sentido, Diop estava focado em demonstrar como diversos povos no continente africano tinham algum tipo de conexão que fora em algum momento interrompida por diversos processos endógenos e exógenos, incluindo não apenas o processo de captura e sequestro

de populações africanas, como também a escravidão maciça comandada pelos árabes nos últimos 1600 anos (em estimativas do autor) (DIOP, 2014).

Já na obra do autor estadunidense, a unidade é construída pela categoria africano. Para Asante, africanos são todos aqueles que participaram do processo de escravidão e desterritorialização nos últimos 500 anos. A abordagem afrocêntrica, portanto, seria um paradigma de análise, organização e instrumentalização de diversas estratégias de luta e sobrevivência dos povos africanos no mundo inteiro para além de fins de catalogação, mas também utilizá-las como experiência útil na construção de um “novo mundo” ou do “renascimento africano” (ASANTE, 2009).

Nas obras de Diop e de Asante, e consequentemente de Lélia, o conceito de cultura aparece em semelhança com o proposto por Boaventura Souza Santos. Para o autor “a ideia de cultura, em um dos seus usos mais comuns, está associada a um dos campos do saber institucionalizados no Ocidente, as humanidades” (SANTOS; NUNES, 2010, p. 27). Como uma espécie de repertório do que melhor foi pensado e produzido pelos seres humanos, a cultura, neste sentido, está baseada em princípios de universalização, eliminando a diferença em favor da eleição de critérios de valor morais, cognitivos, estéticos, etc.

É proposital que o conceito de cultura apareça aqui como elaborado pelo eurocentrismo moderno. Essas autoras estão organizadas ao redor de uma espécie de “revanche sobre a história” (BETI; TOBNER, 1989, p. 188) em que se privilegia um sujeito coletivo específico, antes o homem branco, agora a mulher negra.

Este ponto também fica claro no Dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo, promovido pela ONU em 2001. Nele, Carneiro (2002b) ressalta, além de frisar o intenso engajamento de mulheres negras em conferências internacionais a fim de debater os problemas e consequências do racismo, o elemento do “não dito pelos países ocidentais”, onde a solução para os problemas raciais acaba sendo não falar sobre eles.

Um outro exemplo deste tipo de engajamento está no caso da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que aconteceu na cidade de Beijing, na China, em setembro de 1995 sob a organização das Nações Unidas. Foi um evento que possibilitou reorientar a agenda pública da gestão de políticas de gênero no Brasil e em vários lugares no mundo. A bancada feminina no Congresso Nacional deu uma espécie de continuidade ao debate estruturado nesse evento sobre as condições de acesso ao poder, assim articularam e propuseram que se incluísse na legislação eleitoral do país cota para vagas de candidaturas femininas. A lei foi aprovada no mesmo ano, estabelecendo as regras para a realização das

eleições municipais do ano seguinte e ficou estabelecido o mínimo de 20% para tais fins. Em 1997, a Lei n.º 9.504 estendeu a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional e foi alterado o texto do artigo original que já não se assegura apenas a cota mínima para mulheres, mas também uma cota máxima de 70% para ambos os sexos.

Essa conferência realizada na China além de ser fruto de um somatório de esforços em todos os lugares do mundo pela igualdade, também foi um espaço de debate de intelectuais negras. Dulce Pereira e Lélia Gonzáles estiveram presentes nesse encontro, formando a comitiva brasileira.

O posicionamento dessas mulheres, pela lente de Carneiro, encarna a possibilidade de polarização do mundo contemporâneo, levando em consideração que várias de suas pautas possuem potencial para despertar conflitos pelo tamanho das contradições internas vivenciadas hoje por todas as nações.

O título do documento já é instrutivo: *A batalha de Durban*. Ali a autora expõe diversos pontos sobre sua atuação nesse importante evento e conduz a uma conclusão sobre os desafios que ela (através da entidade coletiva da categoria mulher negra) enfrenta

O que Durban ressalta e advoga é a necessidade de uma intervenção decisiva nas condições de vida das populações historicamente discriminadas. É o desafio de eliminação do fosso histórico que separa essas populações dos demais grupos, o qual não pode ser enfrentado com a mera adoção de cotas para o ensino universitário. Precisa-se delas e de muito mais. (CARNEIRO, 2002b, p. 213)

Não se trata de equalizar as práticas hegemônicas racistas - evidentes no processo de globalização -, o que perpetuaria apenas a finalidade da dominação; mas, de constituir um instrumento de resposta que operaria em prol da libertação. Gonzáles chama atenção para o que chama de passividade frente à postura político-ideológica do imperialismo do vizinho, os Estados Unidos da América (GONZÁLEZ, 1988). O país aparece no texto como um atualizador de dinâmicas de hegemonia cultural e de dominação racial estabelecidas originalmente pela Europa Ocidental. O ponto de Gonzáles e de Carneiro é que a possibilidade de negação da raça enquanto subjetividade, mesmo essa sendo reconhecidamente uma arapuca racista historicamente localizada, fragmenta os sujeitos-alvos, conferindo-lhes fraqueza frente a necessidade de resposta às dominações de raça, classe e de gênero.

*“Não há saída para democracia brasileira sem a energia das mulheres negras”:  
reflexões sobre o pensamento político e social desde a categoria mulher negra*

Há um reconhecimento de diversidade social e de sociedades, mas, segundo elas, uma mesma experiência de resistência cultural ao racismo seria a catapulta para a racionalização desses sujeitos dispersos, agora coletivamente organizados subordinados a uma finalidade militante. O acirramento da dicotomia branco/Ocidental e negro/africana, passando pela ressignificação do primeiro enquanto superior e o último como inferior é a grande estratégia, cujo ativismo institucional é uma das metas para atingimento do objetivo.

Esta abordagem é qualitativamente diferente daquela que organiza o sujeito apenas ao redor de uma experiência das violências do racismo e do sexismo. Aqui o observado inclui também as estratégias de “sobrevivência cultural” da “herança africana” em articulação com a “herança indígena”. Gonzáles demonstra todo seu cosmopolitismo cultural e estabelece uma ligação com outros territórios mobilizando o que ela entende por memória coletiva e demonstrando seu interesse pelo debate organizado por militantes em vários lugares da América, da Europa e da África.

A busca por um passado comum é reiterada pela autora como metodologia ao propor uma “etnogeografia” (GONZÁLEZ, 1988, p. 77)<sup>2</sup>. Essa produção do passado é constante, tendo em vista que os textos sempre passam por uma localização dos sujeitos negros em sua experiência com o racismo e a evocação de “ancestrais” de luta.

## **Contexto de diálogo**

Nesta seção mostrarei como a abordagem das autoras selecionadas para este estudo está relacionada com o desenvolvimento do movimento social negro, contextualizando suas demandas e as suas redes de relações sociais, a fim de alcançar, mesmo que limitadamente, que a identidade de mulher negra tem uma ligação com a própria produção na área de ciências sociais<sup>3</sup>.

Segundo Rios (2009), o movimento social negro fora percebido pelas ciências sociais, a partir dos anos de 1950 e os estudos financiados pela UNESCO, por nomes como Florestan Fernandes, Roger Bastide e Costa Pinto, como uma

---

<sup>2</sup> Etnogeografia é um conceito que busca definir uma área específica de estudos a partir do cruzamento entre a antropologia e a geografia. Nela reflete-se conflitos, tensões, produções simbólicas, visões de mundo, códigos culturais que afetam a produção de espacialidades humanas (CLAVAL, 1992). Na proposição de González, a definição de amefricanidade se baseia na conexão entre elementos culturais trazidos pelas populações africanas através do tráfico transatlântico de pessoas e culturas indígenas. As experiências dessas populações nas Américas no pós-colonialismo teriam produzido uma forma específica de saber e de ser-estar no mundo, produzindo lições específicas para a luta contra o racismo, sexismo e o classismo da sociedade capitalista.

<sup>3</sup> Ambas as autoras possuem produções que marcam a passagem da produção científica na área entre população negra como objeto para população negra como sujeito. Isto ficará mais claro ao longo do texto.

organização que surge das alterações das estruturas socioeconômicas do país. Concordando em termos macrossociais, mesmo partindo de abordagens teóricas distintas, os autores tiveram a oportunidade de estudar as associações e lideranças negras do sudeste, especificamente de Rio de Janeiro e São Paulo. Costa Pinto e Bastide optaram por dar ênfase nos processos internos de diferenciação da chamada população de cor, focando nos interesses específicos das camadas médias e baixas e suas aspirações. Já Costa Pinto buscava demonstrar o caráter pequeno burguês dessas lideranças que buscavam adestrar a massa negra a seus interesses a partir de uma construção de uma falsa consciência de raça (o autor admitia a existência do racismo, mas discordava da ideologia racial mobilizada). Florestan escolheu demonstrar como as coletividades negras organizadas questionavam a estrutura de dominação racial brasileira e como se propunham a educar a sociedade como um todo, incluindo negros e brancos.

Dos anos 80 para cá, como destaca Rios, investigações sistemáticas e mais sofisticadas passaram a fazer parte da investigação da ação coletiva. Saindo do macro e mesossocial, alguns investigadores possuem uma abordagem capaz de capturar o microssocial e observar com mais cuidado o perfil dos ativistas e sua lógica de organização e “ofereceram, assim, um quadro rico e detalhado da ação coletiva negra, desvelando sua identidade, suas estratégias e sua performance em contextos político-ideológicos próprios” (RIOS, 2009, p. 266).

A autora também chama atenção para duas coisas importantes no que diz respeito a este trabalho: um movimento de mudança de terminologias nesses trabalhos e a influência ativa de lideranças do movimento negro no entendimento acadêmico sobre o fenômeno. Primeiramente, há uma identificação da mudança de “consciência racial” para “identidade racial ou étnica”. Rios discorre sobre o avanço dos estudos antropológicos a respeito do campo e a progressiva rejeição de categorias marxistas de definição. As referências bibliográficas mudaram e a abordagem tornou-se mais culturalista (sem descartar as dimensões políticas). Em segundo lugar, no caso dos trabalhos analisados da primeira metade do século passado há uma incorporação quase literal das entrevistas cedidas aos autores, demonstrando que os limites entre pesquisador e objeto não estão precisamente definidos em termos teóricos. Esta mudança se deu porque há um movimento geral em que os negros deixam de ser informantes (mesmo que ativos) e passam a serem escritores, compondo o campo de autores sobre o tema ao mesmo tempo em que são atores socialmente ativos.

Gonzalez e Carneiro são representantes de uma virada interpretativa dos movimentos sociais negros e, inclusive em sua própria estratégia. No que diz respeito à estratégia, com os sinais da redemocratização brasileira, muitos ativistas

negros se sentiram instigados para dentro dos novos partidos políticos que estavam a surgir (em especial no espectro de esquerda). A própria Gonzalez filiou-se ao PT do Rio de Janeiro (e arrependeu-se poucos anos depois) e seu nome fez parte de uma série de iniciativas de diferentes frentes. Um importante marco nessa mudança de estratégia coletiva foi a adoção de um programa antirracista por parte do governo de Leonel Brizola (RJ) que também assumiu várias pautas tradicionais desses movimentos. Entre seus dois mandatos, Brizola criou uma secretaria para igualdade racial, desenvolveu os primeiros projetos de capacitação para professores e gestores em história afro-brasileira (a saber, muitos anos antes da lei 10.639), empossou Vanda Maria de Souza Ferreira como Diretora Geral da Divisão de Educação e Cultura do Sistema Penal da Secretaria Estadual de Justiça do Rio, também possuindo passagens pela Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras, pasta essa que o próprio Abdias do Nascimento também havia assumido, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Secretaria Municipal de Cultura. Ademais, adotou uma política de segurança de não enfrentamento e ampliou a rede estadual de ensino.

Quanto a isso, a interpretação de Joel Rufino (1983) é especialmente elucidativa. A sua opção por abordar as distinções históricas, as diferenças ideológicas e as práticas do movimento negro conduzem à seguinte reflexão:

Deve-se considerar movimento negro exclusivamente o conjunto de entidades e ações dos últimos cinquenta anos [...]? Deve-se considerar como tal todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à autodefesa física e cultural do negro), tornando-se a luta atual como simples prolongamento? (RUFINO, 1983, p. 287).

Na visão do autor, uma nova fase do movimento social negro pode ser vista a partir dos anos 70 quando duas questões cruzavam os discursos correntes, sendo elas, em primeiro lugar, se havia uma diferença em organizações culturais e políticas e se, em segundo lugar, questões que envolviam a experiência pregressa dos movimentos sociais negros (a saber, Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro). O processo de repensar a identidade coletiva torna-se tarefa para o corpo intelectual no interior do movimento e que agora estava mais massivamente nas universidades<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A circulação internacional de González e Carneiro devem ser consideradas nessa mudança que expliquei. A primeira proferiu diversas conferências em eventos organizados pela ONU, como por exemplo Racism and its

Outra nova estratégia de ação é a relação que estabeleceram com as ONGs. Segundo Silvia Ramos (2004), as ONGs têm representado espaços alternativos no que se refere às práticas institucionais, notadamente aos partidos de esquerda. Possuindo uma lógica de relacionamento e cooperação com organizações governamentais, agências internacionais e entidades nacionais ainda caracterizadas por um espaço institucionalizado, as chamadas ONGs de mulheres negras, como observado por Sônia Santos (2009), podem ser traduzidas por luta contra opressão racial de gênero. Este termo pretende ir além da justaposição entre raça e gênero e aquilo que contemporaneamente conhecemos por interseccionalidade, pois este último consiste em uma abordagem ou ferramenta metodológica. A opressão racial de gênero visa identificar um tipo específico de ação política que busca a apreciação de uma realidade racista e sexista. Ou seja, não se trata apenas um instrumento de análise da realidade social, mas uma perspectiva identitária que situa seus atores/trizes em um campo específico e produz justificação para esta ação<sup>5</sup>. Quase sempre a ênfase das análises a partir dessa posição se concentra não apenas nas desvantagens sociais (que tem a ver com a naturalização de uma estrutura social competitiva), mas de desproteção dos indivíduos frente à sociedade. Um exemplo disto é que o tema segurança acaba por ser uma das principais chamadas nas disputas eleitorais de candidatas mulheres negras atualmente.

O assassinato da vereadora carioca Marielle Franco em 2018 durante o seu primeiro mandato eletivo catapultou um debate internacional sobre as condições da população negra no Brasil e, em especial, das mulheres negras. Até os últimos

---

effects in Brazilian Society no evento Women 's Conference on Human Rights and Mission em Genebra (1979). Carneiro possui um longo histórico de articulação com movimentos sociais e ONGs nas Américas.

<sup>5</sup> Interseccionalidade é um conceito cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989 no artigo "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". Crenshaw sugere uma nova ferramenta de análise social que dê conta de raça e sexo não mais como categorias monolíticas e separadas. Para além de promover uma mera adição, a autora destaca a necessidade de inclusão das complexidades vivenciadas por setores mais desprivilegiados da sociedade, a saber mulheres negras, que acabam por ser invisibilizadas tanto pelo formato das leis, quanto nas pesquisas. A ideia de opressão de gênero partilha dessas preocupações em pesquisa, porém acrescenta-se que a produção de uma identidade é igualmente importante.

No contexto brasileiro, conforme denunciam as autoras e demais intelectuais dos movimentos sociais negros, a experiência racista não se converte automaticamente em organização e lutas emancipatórias e um dos elementos que mais atrapalha é justamente a ideia de democracia racial espalhado por toda a sociedade, impedindo o desenvolvimento do debate público pautado em termos de raça. Assim, o termo aparece difuso em diversos textos das autoras citadas e outras como Jurema Werneck, tentando dar conta de um projeto comprometido com a destituição de modelos hegemônicos de feminino. Ou seja, a própria construção de uma identidade transforma-se em um instrumento de militância Em Identidade Feminina (1993), Carneiro elabora uma crítica à universalização do feminino e define que esta identidade em construção seria uma das principais condições para a garantia do exercício da plena cidadania. Para maiores esclarecimentos, Kyrillos (2020) possui um importante trabalho que lança luz à invisibilização da produção e trabalho de várias mulheres negras que falam de interseccionalidade sem utilizar este termo.

dias de 2021 nenhum culpado fora apontado e condenado. As investigações sobre a sua morte perpassam por diversas dificuldades institucionais e diversos atores políticos tentaram dificultar o andamento do processo. O Instituto Marielle Franco hoje comandado por sua irmã Anielle Franco possui diversas ações sobre a preservação da memória da vereadora, pesquisas voltadas para o enfrentamento da violência política de gênero e a elaboração da Agenda Marielle Franco, em que cerca de 80 parlamentares assinaram um compromisso em dar continuidade às propostas da vereadora do Rio de Janeiro cujas pautas giravam em torno do antirracismo, combate a LGBTfobia e saúde da mulher.

Sendo assim, as trajetórias e escritos de González e Carneiro também fornecem diversos elementos que as classificam como intelectuais mediadoras. O PPB, sempre em diálogo com a história intelectual, pode alimentar-se da produção dessas atrizes estratégicas da área da cultura e da política e ampliar o debate sobre identidades políticas.

## **Conclusão**

Neste curto trabalho introdutório buscamos definir um conceito amplo de Pensamento Político Brasileiro com a corroboração de alguns cientistas políticos referências na área e da própria ABCP e refletir brevemente de que forma os trabalhos da cientista social Lélia González e da filósofa Sueli Carneiro poderiam ser encaixados nessa disciplina.

Compreendemos o PPB como um conjunto de textos de natureza ideológica que são dotados de um estilo periférico, refletindo assim a cultura política do país. Essa definição está em comum acordo com a de pensamento social, em que os intérpretes de Brasil são acionados não a fim de explicar o mesmo, mas de solicitar que seu raciocínio seja localizado e compreendido dentro do contexto social referido. Assim, as ativistas e intelectuais Gonzáles e Carneiro, a partir do feminismo negro, produziram e objetivaram criar diversas instabilidades em noções hegemônicas de nação, democracia, justiça e desigualdade social.

Propusemos entender seu pensamento das mesmas a partir de três chaves analíticas: a de identidade nacional, sociedade civil e memória coletiva. Assim, evidenciei como a categoria mulher negra, em oposição à categoria homem branco, foi produzida como estratégia de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Essas autoras buscaram construir-se como atores/trizes sociais da sociedade como um todo, rediscutindo o Brasil, as condições que puseram o país de pé e os principais desafios para o seu desenvolvimento. Uma identidade proposta a partir de movimentos de resistência das populações escravizadas, a saber os quilombos,

desafiando a noção ainda hegemônica da democracia racial e o reconhecimento de uma sociedade civil negra.

A relação entre movimentos sociais negros e estas mulheres repercute, em alguma medida, na história particular das ciências sociais brasileiras. Desde sua origem, a temática do racismo esteve presente no seu processo de institucionalização e ambos continuaram caminhando conjuntamente até ser possível identificar a influência mútua de conceitos e abordagens e mesmo na produção de identidades sociais. Este fenômeno pode ser continuamente observado a partir da leitura de movimentos sociais de mulheres negras contemporâneas. O título deste artigo é um bordão exemplificador.

Proposto pela Mulheres Negras Decidem, esta é uma organização que tem seu marco originário no ano de 2018 através do projeto Minas dos Dados da Transparência Brasil, uma ONG especializada no combate à corrupção com financiamento da OEA. Cinco mulheres negras de três capitais brasileiras foram selecionadas para formação política e de dados a fim de que elas ocupem espaços de decisão. Estas mulheres fundaram a Rede Umunna e posteriormente mudaram de nome. Sua principal estratégia é a articulação de mulheres negras na política institucional a nível nacional e o aumento de sua participação. Atualmente a coordenadora política do movimento, Tainah Pereira, internacionalista de formação, ocupa a posição de coordenação de ações étnico-raciais da Secretaria da Mulher do município do Rio de Janeiro (RJ).

Essa expressão surge do contexto das eleições de 2020 e da crise sanitária gerada pela pandemia de COVID-19 não por acaso. Conforme argumenta Pinto (2021) e Abreu (2021), desde o início do século XX, diversas mulheres negras engajaram-se em diversas lutas, incluindo o direito ao voto feminino, à educação pública e pelo acesso à saúde e ao bem viver, uma bandeira tradicional de candidaturas genericadas e racializadas. Seja pela Reforma Sanitária Brasileira, seja pela criação, ampliação e racionalização de políticas em saúde através do SUS, nomes como Almerinda Faria Gama, a dita primeira eleitora do país, Antonieta de Barros, deputada que propôs o dia do professor e Jurema Batista e seu combate contra violência obstétrica são nomes que dão luz ao processo de entendimento de que a categoria mulher negra não é necessariamente nova em política. Neste sentido, as suas pautas são a base de áreas estratégicas e estruturantes do Estado brasileiro, afinal desenvolvimento em termos liberais significa uma série de coisas e algumas delas são mitigação das desigualdades e aumento da expectativa de vida de uma população.

Como foi possível perceber, além do relacionamento entre o desenvolvimento das ciências sociais brasileiras e as pautas dos movimentos sociais negros, o

*“Não há saída para democracia brasileira sem a energia das mulheres negras”:  
reflexões sobre o pensamento político e social desde a categoria mulher negra*

movimento de mulheres negras a partir desta última identidade tem mobilizado outro sentido possível de Brasil, utilizando categorias-chaves da sociologia, como de memória coletiva, a fim de construir uma consciência de público a partir de outros marcadores sociais e históricos a partir da chamada resistência negra.

Além disso, também foi possível notar que a presença dessas mulheres negras em espaços institucionais, como a academia e a política, promovendo agendas de combate à discriminação e às desigualdades, acabam por indicar outros caminhos para democracia brasileira além da instituída e (quase) fracassada em diversos aspectos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, G. O. de. Uma (breve) história da participação política de mulheres negras no Brasil republicano 1930 – 2020. *In*: LOURENÇO, A. C.; FRANCO, A. (org.). **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p.32-44.

ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, E. L. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-111.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BETI, M.; TOBNER, O. **Dictionnaire de la negritude**. Paris: L'Harmattan, 1989.

CALDWEL, K. **Negras in Brazil**: re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity. New Jersey: Rutgers University Press, 2007.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, S. Mulheres negras e o poder: ensaios sobre a ausência. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília, p.50-55, 2009.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: [www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt](http://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 23 set. 2021.

CARNEIRO, S. Movimento negro: velhos e novos desafios. **Caderno CRH**, Salvador, n. 36, p. 209-215, jan./jun. 2002a.

CARNEIRO, S. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 209-214, 2002b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100014>. Acesso em: 23 set. 2021.

CARNEIRO, S. Identidade feminina. **Cadernos Geledés**, São Paulo, v.4, p.9-12, 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

CLAVAL, P. Champ et perspectives de la géographie culturelle. **Géographie et cultures**, Paris, n.1, p. 7-38, 1992.

DIOP, C. A. **A unidade cultural da África negra**: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Luanda: Edições Mulemba, 2014.

GONZALEZ, L. A juventude negra brasileira e o desemprego. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um feminismo afro-latino americano**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020a. p. 39-42.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exclusão da mulher. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um feminismo afro-latino americano**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020b. p. 20-38.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, jan./jun., 1988. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/public/gonzalez-lesia-a-categoria-politico-cultural-de-amefricanidade-tempo-brasileiro-rio-de-janeiro-v-92-n-93-p-69-82-jan-jun-1988b-p-69-82/>. Acesso em: 04 out. 2021.

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/?format=pdf&clang=pt>. Acesso em: 16 set. 2022.

LESSA, R. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n.82, p. 17-60, 2011.

LYNCH, C. E. C. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 75-119, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220161904>. Acesso em: 23 set. 2021.

LYNCH, C. E. C. Por que pensamento e não teoria? a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000400001>. Acesso em: 23 set. 2021.

PINTO, F. Saúde pública e as mulheres negras na saúde: uma convergência de lutas. *In*: LOURENÇO, A. C.; FRANCO, A. (org.). **A radical imaginação política das**

*“Não há saída para democracia brasileira sem a energia das mulheres negras”:  
reflexões sobre o pensamento político e social desde a categoria mulher negra*

**mulheres negras brasileiras.** São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 62-71.

RIOS, F. Movimento negro brasileiro nas ciências sociais (1950-2000). **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2009.

RAMOS, S. O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1067-1078, 2004.

RAMOS, A. G. **O processo da sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: [s. n.], 1953.

RODRIGUES, C. S.; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22, p. 445-456, 2010.

RUFINO, J. O movimento negro e a crise brasileira. **Política e Administração**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 287-307, 1983.

SANTORO, W. A.; MCGUIRE, G. M. Social movement insiders: the impact of institutional activists on affirmative action and comparable worth policies. **Social Problems**, Oxford, v. 44, n. 4, p. 503-519, nov. 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3097220>. Acesso em: 23 set. 2021.

SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. *In*: SANTOS, B. de S. (org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 13-59.

DOS SANTOS, Sônia Beatriz. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e cultura**, v. 12, n. 2, p. 275-288, 2009.

TORRES, A. **O Problema Nacional Brasileiro.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

**Recebido em:** 22 de outubro de 2021.

**Aprovado em:** 12 de maio de 2022.